

Os agentes da mudança e a ação não-violenta

Agents of Change and
Nonviolent Action

Hardy Merriman

Conservation Biology, Volume 22, No. 2, April 2008

**tradução: João Vicente de Paulo Júnior, March 2018 Evaluated
by Maíra Irigaray Castro**

Os agentes da mudança e a ação não-violenta*

A ação não-violenta é uma maneira de as pessoas comuns lutarem por seus direitos, por liberdade e por justiça. Costuma estar associada à não-violência moral ou ética, mas a tratarei neste texto como um fenômeno distinto, separado de qualquer sustentáculo moral ou ético. O objetivo é discutir em mais detalhes seu funcionamento como uma maneira pragmática de exercer influência em um conflito.

A ação não-violenta se baseia na ideia de que o poder em uma sociedade deriva, em última análise, do consentimento e da obediência das pessoas. Em contrapartida, predomina a visão predominante de que o poder em uma sociedade se baseia de forma inerente em quem concentrou riqueza e mais capacidade para recorrer à violência. Contudo, da mesma maneira que a economia é um subsistema da biosfera — e, portanto, em última instância, é regida, pelas leis da biosfera — os sistemas de poder aparentemente baseados na violência e no dinheiro são, na verdade, subsistemas de padrões mais amplos de comportamento e obediência de milhares ou milhões de pessoas. Se as pessoas mudarem sua lealdade, seu comportamento e sua obediência, o equilíbrio do poder em uma sociedade e no mundo mudará. De forma bem simples, se as pessoas não obedecerem, os governantes ou as grandes empresas não conseguirão mandar.

Portanto, a ação não-violenta permite exercer o poder ao gerar mudanças nos padrões de lealdade, comportamento e obediência das pessoas em um nível coletivo. Isso pode se dar de forma drástica, por exemplo, como ocorreu em alguns momentos na luta pela independência na Índia, no Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos, nas várias lutas trabalhistas (por ex., a atuação do sindicato dos trabalhadores agrícolas unidos dos Estados Unidos, *United Farm Workers*, em meados da década de 1960) e na queda de Ferdinand Marcos (1986), de Augusto Pinochet (1988), do apartheid na África do Sul (décadas de 1980 e 1990), de Slobodan Milosevic (2000) e do sistema autoritário na Ucrânia (2004). Ou as mudanças podem ocorrer de forma mais sutil, quando as pessoas escolhem fazer compras no comércio local, boicotar um produto ou trabalhar para desenvolver instituições e economias alternativas. A despeito do grande número de métodos e manifestações, todos os atos de ação não-violenta se enquadram em uma de três categorias: atos de comissão — ou seja, as pessoas fazem coisas que não se esperariam delas, que não deveriam fazer ou que não lhes são permitidas; atos de omissão — ou seja, as pessoas deixam de fazer coisas que se esperariam delas, que

deveriam fazer ou que são obrigadas a fazer; e uma combinação de atos de comissão e de omissão.

Para promover mudanças nos padrões de obediência e de comportamento das pessoas, em primeiro lugar é importante entender por que as pessoas obedecem e se comportam da maneira como o fazem. As razões diferem de uma sociedade para outra, mas duas das razões mais comuns para a obediência que encontro no meu trabalho com ativistas e organizadores em todo o mundo são que as pessoas acham que não existe uma maneira alternativa de se comportar nem confiam que suas ações fazem alguma diferença. Muitos se esquecem de que são eles os verdadeiros detentores do poder na sociedade. É claro que o ensino formal, as grandes empresas, os governos e os meios de comunicação reforçam a narrativa de que o poder reside entre os poucos indivíduos em um prédio do governo ou sede de uma empresa, e que o dinheiro e as armas (sobre o qual eles detêm um monopólio) são a fonte máxima de força. Essa narrativa se adéqua bem aos seus propósitos. Contudo, ao longo da história, os movimentos não-violentos bem-sucedidos despertaram as pessoas para o fato de que, por meio das suas ações coletivas, os que se organizam em torno de uma visão comum e agem de forma estratégica são muito mais fortes do que o exército e o dinheiro. Todo movimento de base contemporâneo que pretenda ganhar força deve tomar nota desse fato e posicionar no centro da sua retórica o ato de lembrar as pessoas de que elas têm poder.

Para levar isso um pouco mais adiante, os movimentos bem-sucedidos não apenas dizem às pessoas que elas têm poder, mas também o demonstram ao definir objetivos claros e alcançáveis e, em seguida, ao documentar e divulgar suas vitórias. Por mais que as vitórias sejam limitadas, seu impacto sobre a mobilização das pessoas pode ser imenso. Por exemplo, o Movimento dos Direitos Civis nos EUA concentrou sua força em acabar com a segregação nos ônibus de Montgomery, no Alabama, em 1955 e 1956, e nos balcões de restaurantes de Nashville, no Tennessee, em 1960. O movimento para a independência da Índia concentrou seus esforços em obter concessões dos britânicos no que se referia às leis sobre o sal e a outras leis no período de 1930 a 1931. Uma vez alcançados, esses objetivos eram pequenos em relação à gigantesca tarefa de extinguir a segregação em todo o sul dos EUA ou de conquistar a independência na Índia, mas seu verdadeiro impacto estava no seu efeito catalisador sobre os próprios movimentos. Essas vitórias mostraram às pessoas que seus atos eram importantes e que elas eram capazes de fazer a diferença, o que levou a um grande

crescimento do apoio e da mobilização e impulsionou esses movimentos para o centro das atenções em âmbito nacional e internacional.

Os objetivos a que se refere o parágrafo anterior não foram alcançados apenas porque o Movimento dos Direitos Civis nos EUA ou o movimento pela independência da Índia passaram a ocupar o mais alto nível moral. Eles também foram alcançados graças ao trabalho árduo, à criatividade e a uma análise política apurada. Isso vale para todas as ações não-violentas bem-sucedidas. No entanto, muitos fecham os olhos para esse fato e, em vez disso, pressupõem que a ação não-violenta consiste, sobretudo, em protestos públicos, manifestações de indignação e injunções morais, ou que seu êxito depende de um líder carismático ou de algum tipo de poder místico. Isso não é verdade. A ação não-violenta tampouco exige pessoas comprometidas ideologicamente com o pacifismo ou com a não-violência ética. O que ela exige é uma visão inclusiva que una as pessoas, um planejamento estratégico sólido, a comunicação eficaz com o público e a identificação de métodos apropriados à situação. Não existe uma única receita — a ação não-violenta é específica de cada local. Embora os princípios que a regem como, o poder baseado no consentimento e na obediência sejam constantes em todas as lutas, sua aplicação depende do contexto e das particularidades de cada sociedade. Quer se manifeste como uma ação pública ousada, mudanças sutis nos padrões de compra ou as duas coisas (a maioria dos movimentos tem uma grande variedade de táticas concebidas para serem usadas por pessoas com diferentes níveis de envolvimento), ela constitui uma forma de as pessoas usarem ou criarem espaço político na sociedade a partir do qual podem alavancar as concessões de um adversário obstinado.

Felizmente, já existe um grande volume de trabalho intelectual, estudos e comunicação sobre como as pessoas historicamente usaram e ainda podem usar ações não-violentas para alcançar ótimos resultados. A demanda por esse conhecimento está crescendo entre os que reconhecem a força e o potencial da ação não-violenta. Esse não é o tipo de assunto que se vê na maioria dos jornais e é difícil encontrar um político falando desse tema. Contudo, se você conversar com organizadores de movimentos de base e pessoas da sociedade civil em todo o mundo, eles vão lhe contar como as pessoas são os agentes da mudança em uma sociedade e que a mudança estrutural é criada do zero. Vão lhe dizer que não estão à espera de uma pessoa para conduzi-los, pois entendem que a maioria dos líderes governamentais e empresariais não assumirá a liderança para fazer o que é certo se suas populações estiverem desmotivadas e não conhecerem os meios para fazê-los prestar contas. Assim, pessoas em

todo o mundo estão recorrendo cada vez mais à ação não-violenta (que podem usar em conjunto com o voto, o sistema jurídico ou outros meios tradicionais para empreender mudanças) como uma maneira pragmática de dar autonomia a suas comunidades para conquistar os direitos humanos, a liberdade, a justiça, a transparência, os direitos das mulheres, das populações indígenas e das minorias, e a preservação do meio ambiente. Qualquer que seja o objetivo para o qual a ação não-violenta é usada, o pré-requisito é o mesmo: reenquadrar o conceito de poder na mente das pessoas. Dividir esse conhecimento, bem como despertar as pessoas para a sua força, é uma tarefa essencial para mudar o curso da humanidade.